

ECOTURISMO: VEÍCULO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL

Helio Hintze [1]



OLAM – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – ISSN: 1982-7784 – está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Palavras-chave: Ecoturismo. Educação Ambiental. Guia de Turismo. Sensibilização Ambiental. Estratégia Educativa. Participação Comunitária.

O presente resumo foi desenvolvido com base no item “O ecoturismo como veículo para educação ambiental não-formal”, da dissertação de Mestrado intitulada “Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo?” apresentada ao Programa de Mestrado em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” sob orientação do Professor Doutor Antonio Ribeiro de Almeida Junior, em 12/09/2008.

O principal objetivo foi apresentar o ecoturismo como um veículo importante para se trabalhar a sensibilização ambiental. Como parte dos procedimentos metodológicos da dissertação de mestrado, foram entrevistados os seguintes pesquisadores: Profa. Dra. Célia Serrano (UNICAMP); Prof. Dr. Carlos Diegues (USP), e Prof. Dr. Zysman Neiman (UFSCAR). Foi-lhes perguntado: “Para que levar pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos) para visitar a natureza?”. Trechos do presente artigo foram retirados das entrevistas com os pesquisadores. O sobrenome do pesquisador e ano vem entre parêntesis ao final da fala.

Ecoturismo e Educação Ambiental: não são poucas as referências a este par. No Brasil, vários estudos têm apontado suas inter-relações sob diversos aspectos. O ecoturismo é tido como uma metodologia importante para a prática da Educação Ambiental não-formal (definida na Lei 9795 de 27/04/99 elaborada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental). (BRASIL, 1999). O mercado ecoturístico alcançou a casa dos 30% ao ano, segundo estatísticas oficiais de seu desenvolvimento mundial (WEARING; NEIL, 2001). São os maiores índices do

turismo. Isso, contudo, não parece ser acompanhado por uma crescente preocupação com a educação ambiental. Perguntamos: quais os limites de uma educação ambiental exercitada em práticas mercadológicas do ecoturismo na cultura de consumo? A partir de tal questão procuramos apontar algumas preocupações que devem ser levadas em consideração quando se pensa em produzir uma atividade ecoturística que deve considerar três aspectos básicos: os critérios de sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica; “o aspecto educativo [...] que relaciona-se com a disseminação da educação, sobretudo a ambiental, entre todos os envolvidos no andamento da atividade” (PIRES, 2002, p.158) e participação das comunidades locais. No presente estudo escolhemos como foco a questão educacional, sem claro deixar de considerar os demais quesitos como fundamentais e interligados.

Acreditamos que é possível reconhecer-se no contato com a natureza, afinal este é o espaço da gênese do ser humano. A visita ao ambiente natural possibilita o reencontro com o humano que há em nós que vivemos em alienação para as coisas da natureza. É no enfrentar as adversidades típicas deste ambiente que se torna possível este encontro e a possibilidade de “desvelar sensações instintivas, sensibilidades oprimidas, encantamentos e pavores próprios de uma condição primitiva agora desaparecida”. (CASCINO, 2000, p. 203).

O ecoturismo é um veículo apropriado para a prática da educação ambiental não-formal, por conta da informalidade de sua prática e pela força que os ambientes naturais têm na desestruturação de referências e condicionamentos sociais inscritos no corpo e nos hábitos de cada um. No ambiente natural o ser humano pode redescobrir sua capacidade de lidar com o inesperado, enfrentando seus medos (SERRANO, 2000, p. 17). A possibilidade de sensibilizar pessoas num ambiente natural e não controlado pode possibilitar rupturas com o atual padrão de vida, que é baseado numa mentalidade consumista. Estas oportunidades podem induzir à “construção de novas leituras / discursos sobre nós mesmos, nossos prazeres, nossas crenças sobre o que somos, o que gostamos o que acreditamos” (CASCINO,

1998, p. 9).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (FÓRUM, 1992) pode ser tomado como base conceitual sólida para estabelecer a relação entre a educação ambiental não-formal e o ecoturismo, considerando que “o passado de ambos – a contracultura dos anos 1960 – é um caminho sólido, conceitualmente profundo” (CASCINO, 2000, p. 204).

A prática de uma educação ambiental não-formal no ecoturismo deve valer-se de momentos de contato entre os seres humanos e ambientes naturais na tentativa de sensibilizar os primeiros à compreensão da complexidade das relações que ali se desenrolam, para uma possível mudança de atitude no cotidiano. O contato na natureza pode ser um elemento “sensibilizador num primeiro momento. Para num segundo momento, haver uma reflexão da vida cotidiana das pessoas com a questão ambiental de uma maneira mais ampla [por isso] levar [pessoas à natureza] tem que ter um motivo educacional” (NEIMAN, 2007).

Na atuação dos profissionais e nos estudos acadêmicos, o ecoturismo deve ter uma missão educacional que pense o ambiente em sua complexidade, senão é preferível chamá-lo de turismo convencional “que passa despreocupadamente por cima das áreas que visita” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 550). O ecoturismo exige que se pense numa maneira proveitosa no sentido da experiência de se realizar visitas à natureza. Visitas interessadas são aquelas nas quais há a possibilidade de se mudar a relação com o espaço e o tempo, consigo mesmo e com os outros; para tanto, não devem ser realizadas de maneira superficial, por meio de comportamentos indiferentes ou agressivos que caracterizam o modo de vida nas cidades. O homem pós-moderno está distanciado da natureza e isso:

faz com que ele não seja um observador. Ele é um consumidor. Ele consome com os olhos, consome com dinheiro, consome com o ouvido, mas ele não é um respeitador, um conhecedor da natureza [...] Ele vê a qualidade do belo, do bonito, é isso que 90%, 80% vêem, querem ver o diferente, mas não é um diferente para conhecer, para respeitar. (DIEGUES, 2007)

O planejamento de estratégias educativas deve iniciar-se na intencionalidade das operadoras ecoturísticas. Em tal planejamento não há a necessidade da incorporação de discursos ambientalistas. Todavia, a estratégia educativa deve ser bem planejada, requer estudo, fundamentação e constante revisão de sua prática. O profissional que se envolve com tais práticas, planejando seu trabalho sob tal fundamentação poderá realizar “um trabalho de maior responsabilidade social, e se tornará um agente transformador da qualidade de vida, e não um mero condutor de grupos de um lado para o outro” (MENDONÇA; NEIMAN, 2003, p. 72). É fundamental que os profissionais envolvidos com as atividades ecoturísticas – dos planejadores dos roteiros até aqueles que a executam – tenham em mente a necessidade da inserção do processo educativo.

A participação da comunidade local é fundamental para a concepção do roteiro. Qual deve ser a “participação da comunidade local na elaboração do roteiro? O que a comunidade quer mostrar? Onde é que estão seus problemas, como é que eles aparecem? Onde está o debate quente da questão ambiental?” (NEIMAN, 2007). Pode haver assim, um benefício para a comunidade local com as práticas do ecoturismo, mas, é necessário que quem viva na localidade seja chamado para “debater, planejar, participar” (NEIMAN, 2007). O pesquisador pergunta sobre o debate participativo da operadora na comunidade local, pois “na hora de bolar os roteiros, o pessoal tem algo a dizer, de repente sai coisa muito interessante, se você convidar o povo a participar, bolar o seu próprio roteiro, participar dele” (NEIMAN, 2007) necessário fazer com que “estas populações se apropriem do turismo, isto é, que elas controlem o turismo [...] que elas possam dizer quantas pessoas podem chegar no fim de semana, qual é o limite do número destas pessoas” (DIEGUES, 2007).

Quanto à execução dos roteiros ecoturísticos, a figura do condutor de grupos é muito importante. No Brasil, de acordo com a Lei 8623 de 28 de janeiro de 1993 eles são chamados de Guias de Turismo. (HINTZE, 2007). Outros profissionais que trabalham com guiamento são os Monitores Ambientais. Embora as características

pessoais do condutor sejam importantes, acreditamos que não sejam suficientes para produzir um profissional que tenha condições de realizar as atividades de educação ambiental. É necessário estudo e preparação. No caso do ecoturismo, o condutor de grupos é, por vezes, um morador local e é quem conhece o lugar. Este deve ter uma postura de humildade no sentido do respeito à compreensão do não-conhecimento do visitante em relação ao local visitado e essa atitude de respeito deve estar “mergulhada no silêncio fecundo, gerador da dúvida e da vontade de conhecer, forças propulsoras da criação, razão primeira da realização da atividade” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552). Para favorecer uma experiência em ambiente natural, o condutor deve “desconhecer o lugar, para permitir ao guiado o direito de construir sua percepção sobre o próprio lugar” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552). Isso leva tempo que deve ser respeitado por parte de quem conduz a atividade. É um ponto de conflito entre o tempo necessário a tal construção e as demandas dos pacotes ecoturísticos.

As informações que são apenas transferidas em tais atividades, logo se apagam da memória das pessoas e não conseguem produzir uma possibilidade de modificação em seu comportamento. Reconhecemos que se algum tipo de informação é necessária, esta deve ser transmitida “de forma a não desautorizar os sentimentos” (MENDONÇA, 2005, p. 248). As possibilidades de aprendizado não são criadas a partir apenas da transmissão de informações. As sensações percebidas em um ambiente natural vêm de diferentes sons, texturas, cores, aromas, sabores típicos daquele lugar. E sua percepção é um exercício que deve ser estimulado em todos os visitantes. O condutor deve criar condições para que os participantes da atividade possam estar no local “não só fisicamente, mas mentalmente também” (MENDONÇA, 2005, p. 248).

O passeio deve fluir de maneira livre, deixando o visitante construir suas impressões sobre o local, gente, cultura etc. a partir de seu referencial. É o momento do (re)conhecimento do local por parte de quem o visita. A interpretação é “a construção crítica derivada da experimentação. Dá-se como tempo e lugar posterior,

de elaboração. É posterior ao ato. É razão sobre emoção” (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552). Ao final da experiência, a reflexão sobre a mesma, sobre o que ali foi vivido. O condutor dos visitantes tem o papel de provocá-la. Uma conversa com os participantes da atividade para livremente apresentarem suas impressões sobre o vivido: emoções, sentimentos, sensações vividas durante o passeio. Uma proposta como essa “confere múltiplas dimensões a interpretação do local, passando a vivência, a habitar um espaço de reconhecimento das múltiplas vertentes de liberdade” (idem, p. 552). Um ambiente de diálogos é uma possibilidade de síntese a ser atingida em diferentes níveis pelos visitantes quando “as informações são combinadas com reflexões, e quando as emoções e impulsos podem ser observados e redirecionados para ações que priorizam o bem comum” (MENDONÇA, 2005, p. 25).

O planejamento das atividades de educação ambiental não-formal no ecoturismo deve ser pensada de maneira complexa, e deve ter embasamento científico, filosófico, sociológico, antropológico etc. Sem tal fundamentação fica difícil uma ação educativa levar em consideração a complexidade dos lugares e situações abordados ou vividos durante qualquer visita. A educação ambiental não-formal não pode ser confundida com aquela dos bancos escolares que é baseada na transmissão de informação.

Acreditamos que a prática do ecoturismo e da educação ambiental não-formal pode ajudar a “refletir mudanças nas tradicionais instituições promotoras e difusoras de práticas educativas” (CASCINO, 2000, p. 197-198).

REFERÊNCIAS

CASCINO, F.A. Do turismo convencional ao ecolazer. **Debates Socioambientais**, São Paulo, n. 9, p. 15-23. 1998.

_____. Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo. In SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M.T. (Org). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus Editora, 2000. p. 189-206.

CASCINO, F.A.; FIGUEIREDO, F. Comunidade e ecoturismo: outras leituras para a educação ambiental. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA. 2005. p. 547-554.

HINTZE, H. **Guia de turismo**: formação e perfil profissional. São Paulo: Roca, 2007.

MENDONÇA, R. **Conservar e criar**: natureza, cultura e complexidade. São Paulo: SENAC, 2005.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **À sombra das árvores**: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse. São Paulo: Chronos, 2003.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

SERRANO, C.A. Educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, C.A (Org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p. 7-24.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. 1ª edição brasileira. São Paulo: Manole, 2001.

Informações sobre o autor:

[1] Helio Hintze – <http://lattes.cnpq.br/9514991193239586>
Mestre em Ecologia Aplicada pela ESALQ-USP; Especialista em Ecoturismo pelo SENAC-Águas de São Pedro. É professor do SENAC- Águas de São Pedro e Coordenador do Curso de Pós-graduação em Docência para o Ensino Superior com ênfase em: gastronomia, turismo e hotelaria. Professor na UNIARARAS no curso de Graduação em Gestão e Saneamento Ambiental e na Pós-graduação em Gestão Ambiental. Doutorando na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)
Contato: heliohintze@yahoo.com.br